

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
039/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A
FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA E A EMPRESA
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS
LTDA.**

A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.787.094/0001-40, com sede em Av. Franklin Roosevelt, 166, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, neste ato representada pelo Sr. Carlos Renato Pereira Cotovio, nomeado pela Portaria SE/ME nº. 14.700, de 18 de junho de 2020, publicada no DOU de 19 de junho de 2020, portador da Carteira de Identidade nº. 07362648-3 Detran/RJ e inscrito no CPF sob o nº. 937.808.187-87, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA**, sediada à Rua Helios Seelinger, n. 155, salas 03-131, Barra da Tijuca (CEP: 22640-040), Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 59.456.277/0002-57, doravante denominada ORACLE, neste ato representada pelo Sr. João Carlos Orestes, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 22.201.166-X-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 120.139.208-06, resolvem, de comum acordo, em referência ao que consta do Processo nº. 0000006.00000091/2022-84 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação de nº. 018/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de Atualização de Versões e Sustentação dos Softwares Oracle instalados e em operação no IBGE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico —

Anexo I deste Instrumento, e proposta Oracle nº 1465295, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, naquilo que não o contrarie.

1.2. Bens e serviços que compõem a solução:

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Qtd.	Unidade de medida	Valor unitário	Valor mensal	Valor total máximo por 12 meses
1	Oracle Standard Edition	4	unidade	R\$ 19.973,25	R\$ 6.657,75	R\$ 79.893,00
2	Oracle Enterprise Edition	24	unidade	R\$ 41.653,70	R\$ 83.307,40	R\$ 999.688,80
3	Oracle Partitioning	24	unidade	R\$ 7.909,25	R\$ 15.818,50	R\$ 189.822,00
4	Oracle Diagnostic Pack	24	unidade	R\$ 6.268,00	R\$ 12.536,00	R\$ 150.432,00
5	Oracle Tuning Pack	24	unidade	R\$ 4.838,53	R\$ 9.677,06	R\$ 116.124,72
				TOTAL	R\$ 127.996,71	R\$ 1.535.960,52

1.3. A Lei 10.520/2002 não se aplica diretamente a esta contratação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é aquele fixado no Projeto Básico, Anexo I deste Termo Contratual, com início na data de 09/11/2022 e encerramento em 09/11/2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 1.535.960,52 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos)**.

3.2. Nos preços acima indicados estão inclusos todos os custos diretos (ISS, PIS e COFINS) sendo que as demais despesas, assim como tributos, encargos e incidências, diretos ou indiretos, apesar de não incidentes no valor dessa contratação, correm por conta e risco exclusivo da CONTRATADA.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 114601

Fonte: 100

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001 / 04.122.0032.2000.0001
/ 04.121.0032.20U7.0001

Elemento de Despesa: 33904007

PI: INFO / INFRA / CENSO2020

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais fixas e consecutivas de **R\$ 127.996,71 (cento e vinte e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos)**, perfazendo o valor total da contratação de **R\$ 1.535.960,52 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos)**. O primeiro faturamento será efetuado no mês subsequente ao início da vigência deste Contrato

5.2. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico - Anexo I deste Contrato, e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento,

o fiscal técnico do contrato irá apurar a disponibilidade do serviço contratado, devendo o fiscal técnico do contrato apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, para efeitos no item 7.3 do Projeto Básico - Anexo I deste Contrato.

5.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ocorrerá independentemente do recebimento definitivo dos serviços por parte da CONTRATANTE.

5.5. Na hipótese indicada no item 5.3, o prazo para pagamento deverá ser contado a partir da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura.

5.6. Caso existam inconformidades no faturamento, o prazo será reiniciado a partir de sua correção.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 11 do Projeto Básico - Anexo I deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico - Anexo I deste Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico - Anexo I deste Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico - Anexo I deste Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico - Anexo I deste Contrato.

10.2. O somatório das multas, glosas e demais penalidades que vierem a ser aplicadas à CONTRATADA durante toda a vigência contratual não deve superar o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

10.3. As multas devidas e/ou danos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União em virtude deste contrato, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo ao Contrato;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

12.3. Não será admitida a subcontratação do objeto de contratação para empresas terceiras;

12.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, não sendo necessária anuência caso esses requisitos sejam cumpridos em sua totalidade e desde que comunicado à CONTRATANTE com antecedência para verificação dos cumprimento dos requisitos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelas Partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Sede da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas(duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., ... de..... de 2022

Representante legal da CONTRATANTE

DocuSigned by:



EF3862DFF511439...

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- DocuSigned by:
Jose Magalhaes
35A48A3FC137416...

2-

PROJETO BÁSICO - ANEXO I

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº xx/2022

Processo Administrativo nº 0000006.00000091/2022-84

**Serviço de Atualização de Versões e Sustentação dos Software Oracle
instalados e em operação no IBGE, por 12 (doze) meses**
(DI-COINF-2021-579)

COINF/DI/IBGE

PROJETO BÁSICO**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019****1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Contratação da empresa Oracle do Brasil Sistemas Ltda., por inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviço de Atualização de Versões e Sustentação dos Softwares Oracle instalados e em operação no IBGE, por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1 A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de atualização de versões e sustentação dos softwares Oracle instalados e em operação no IBGE, por 12 (doze) meses.

2.2 Bens e serviços que compõem a solução:

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	Oracle Standard Edition	26000	4	Unidade
2	Oracle Enterprise Edition	26000	24	Unidade
3	Oracle Partitioning	26000	24	Unidade
4	Oracle Diagnostic Pack	26000	24	Unidade
5	Oracle Tuning Pack	26000	24	Unidade

3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**3.1 Contextualização e Justificativa da Contratação**

3.1.1 O IBGE utiliza a plataforma Oracle desde 1995 na sua produção de pesquisa e a equipe técnica está capacitada em sua plena utilização. Este ambiente tem-se mostrado eficaz e adequado às necessidades da organização. Atualmente cerca de 90% das bases de dados das pesquisas estatísticas, dos sistemas de informação geográficas, dos sistemas administrativos e educacionais e de disseminação de dados se encontram no gerenciador ORACLE. Entre eles podemos citar:

- Sistema de Dados Administrativo/Banco de Dados Administrativos (ADM/BDA/SDA);
- Sistema de Avaliação de Desempenho (ADM);

- Sistema de Informações em Saúde (ADM_SAUDE);
- Sistema de Informações em Treinamento (TREINAMENTO – ENCE);
- Sistema de Gestão Acadêmica (GCAD – ENCE);
- Banco Multidimensional Estatístico (BME);
- Banco de Metadados Estatísticos (METABD);
- Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA);
- Sistema Integrado de Pesquisas Estatísticas Agropecuárias (AGRO);
- Assistência Médico-Sanitária (AMS);
- Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE);
- Sistema Integrado de Pesquisas Econômicas Anuais (SIPEA – PAIC, PAC, PAS, PIA);
- Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privada sem fins lucrativos (PEAS);
- Fundações Privada e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL);
- Pesquisa Características Étnicas Raciais da População (PCERP);
- Pesquisa Nacional de Saúde do Estudante (PENSE);
- Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil (SINAPI);
- Sistema do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (SNIPC);
- Economia Informal Urbana (ECINF);
- Cadastro Central de Empresas (CEMPRE);
- Pesquisa Industrial Mensal e Produções Físicas (PIMPF);
- Pesquisa de Consumo Interno (PCI);
- Censo Demográfico 2010 (CD2010 Microdados, Coleta e Crítica);
- Aplicações do Call Center para as pesquisas PMC, PMS, PSH, PSPP, SIMCAD, TIC e SUPTEC;
- Estatísticas do Registro Civil (RCIVIL);
- Pesquisa Mensal do Emprego (PME);
- Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (Coleta e Listagem);
- Censo Contínuo (CDCONT, CDCONT11, CDCONT12);
- Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares Contínuas (PNADC);
- Sistema de Codificação da PNAD (SISCOD);
- Pesquisa de Orçamento Familiar (POF);
- Estatísticas da Administração Pública (APU);
- Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC);
- Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC);
- Pesquisa Industrial Mensal Emprego Salário (PIMES);
- Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC);

- Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB);
- Pesquisa Nacional de Saúde (PNS);
- Sistema de Vendas de Publicações (SGEV);
- Sistema de Informações Geográficas SISMAP (Publicação e Edição);
- Base Operacional Geográfica (BOG);
- Banco de Estruturas Territoriais (BET);
- Sistema de Informações em Recursos Naturais (SISTM, BDRN, AMALEG, CUC, REHIDRO);
- Portal BDIA – Banco de Dados de Informações Ambientais (BDG Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Hidrografia);
- Sistema de Informações de Coleções Científicas (COLECOES);
- Aglomerados Subnormais (AGLOSUB);
- Base cartográfica vetorial contínua na escala 1:250.000 (BC250, MAPCART);
- Sistema PibTri - Contas Nacionais Trimestrais (CONTATRI);
- Sistema de Acompanhamento da Procuradoria;
- Censo Agropecuário 2017 (Microdados, Coleta e Crítica);
- Sala de Acesso Restrito (SAR).

3.2 Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
17	Adotar soluções genéricas de TI
18	Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais

ALINHAMENTO AO PDTIC <2021-2022>			
ID	Objetivo do PDTI	ID	Diretriz do PDTI associada
17	Adotar soluções genéricas de TI	Diretriz 2	Trazer maior agilidade ao desenvolvimento e à padronização dos recursos de TI, por meio de soluções genéricas e abrangentes que possam ser aproveitadas para mais de um projeto, pesquisa ou processo.
18	Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais	Diretriz 3	Assegurar que os projetos institucionais tenham simetria e nivelamento tecnológico quanto aos equipamentos e aos sistemas, padronizando a infraestrutura e os sistemas de TICs em uso.
		Diretriz 4	Expandir a infraestrutura de comunicações para integrar todas as unidades organizacionais, inclusive a rede de agências.

ALINHAMENTO AO PAC 2022

Item	Descrição
1297	SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE / SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE: ORACLE DATABASE STANDARD EDITION - PROCESSOR PERPETUAL.
1309	SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE / SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE: ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION - PROCESSOR PERPETUAL.
1456	SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE / SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE: ORACLE PARTITIONING - PROCESSOR PERPETUAL.
1355	SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE / SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE: ORACLE DIAGNOSTIC PACK - PROCESSOR PERPETUAL.
1390	SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE / SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE: ORACLE TUNING PACK - PROCESSOR PERPETUAL.

3.3 Estimativa da demanda

- 3.3.1. A quantidade a ser contratada pelo IBGE é derivada do processo “03603.000422/2017-31”, onde as licenças Oracle Database Standard Edition, Oracle Database Enterprise Edition, Oracle Partitioning, Oracle Diagnostic Pack e Oracle Tuning Pack foram adquiridas.

3.4 Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1 Trata-se de um serviço de Atualização de Versões e Sustentação dos Softwares Oracle instalados e em operação no IBGE por 12 (doze) meses, com pagamento Mensal. Não se aplica parcelamento da solução por se tratar de contratação por Inexigibilidade.

3.5 Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.5.1 Manutenção dos sistemas gerenciadores de bancos de dados, o uso nos ambientes de desenvolvimento, ambiente de pesquisa estatística, incluindo a área acadêmica, e ambiente de Banco de Dados.
- 3.5.2 Manutenção e aperfeiçoamento de um banco de registro dos incidentes, problemas e requisições de TI, bem como a solução adotada.
- 3.5.3 Celeridade e confiabilidade na prestação dos serviços.
- 3.5.4 Redução dos riscos relacionados à imagem institucional e descumprimento de normas e regulamentos.
- 3.5.5 Atendimento às Metas Estratégicas do IBGE.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio:

- 4.1.1 A inexigibilidade nesta aquisição justifica-se por ser a Oracle a única prestadora deste serviço, conforme comprovado pela documentação anexada ao presente processo e

destina-se a preservar a continuidade dos serviços de TIC embasados nessa plataforma e os altos investimentos feitos ao longo dos anos pela instituição na adoção da mesma, conforme previsto no artigo 25, Inciso I, da Lei n.º 8666/93.

- 4.1.2 Conforme certidões nos autos do presente processo, a empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA é a única companhia autorizada pela ORACLE CORPORATION no Brasil a prestar o serviço solicitado, se enquadrando na condição de inexigibilidade de licitação pelo inciso I do Art 25 da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93).
- 4.1.3 A contratada deverá comprovar a condição de exclusividade da prestação do serviço através de documentação a ser anexado ao processo;
- 4.1.4 A Contratada deverá designar responsável para o acompanhamento do contrato e para garantir os serviços de acordo com as necessidades do IBGE;
- 4.1.5 A Contratada deverá disponibilizar os recursos necessários de infraestrutura e de pessoal para a execução dos serviços.

4.2. Requisitos Legais

- 4.2.1 Aplicação do Decreto nº7.174, de 12 de maio de 2010, que “Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União”.
- 4.2.2 A solução deve estar inserida no contexto do PDTI do IBGE.
- 4.2.3 Estar de acordo com as Normas Complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) números 2, 3, 4, 6, 7 e 9.
- 4.2.4 Estar de acordo com a Lei 8.666 e com as Instruções Normativas nº 01 e 05 atualizadas da Secretaria de Governo Digital (SGD), do Ministério da Economia.
- 4.2.5 Estar de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD) com redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019.
- 4.2.6 Foram respeitadas as vedações do artigo 5º da IN SGD/ME nº 1/2019.
- 4.2.7 Foi utilizado modelo disponibilizado pela AGU, conforme artigo 41º da IN SGD/ME nº 1/2019

4.3. Requisitos de Manutenção

- 4.3.1 Os serviços de Atualização de Versões e Sustentação dos Softwares Oracle instalados e em operação no IBGE deverão obedecer aos Níveis Mínimos de Serviço definidos no Projeto Básico.
- 4.3.2 Os serviços deverão ser executados sem impacto na utilização do ambiente de TI do IBGE.

4.4 Requisitos de Segurança

- 4.4.1 A CONTRATADA responderá por qualquer demanda em relação aos direitos patrimoniais dos seus empregados, não havendo qualquer responsabilidade da contratante e, no caso eventual de imputação de responsabilidade ao IBGE, na via judicial, a CONTRATADA arcará com o pagamento dos valores.

4.5 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais (critérios e práticas de sustentabilidade)

- 4.5.1 É recomendado que a empresa contratada siga e pratique as diretrizes sobre Responsabilidade Social apresentadas na ABNT-ISO 26000. A CONTRATADA deve adotar posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar de seus públicos interno e externo, de forma a atestar sua boa prática empresarial.

4.6 Requisitos de Arquitetura Tecnológica

- 4.6.1 A especificação técnica da Solução está no Anexo I-A deste Projeto Básico.

4.7 Requisitos de Implantação

- 4.7.1. Não se aplica a esta contratação.

4.8. Requisitos de Segurança da Informação

- 4.8.1 A Contratada deve tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações no IBGE 2017-2018 (POSIC) de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição, naquilo que não extrapolar ou contradizer as políticas de segurança da informação da CONTRATADA, disponível no link <http://www.oracle.com/us/support/library/customer-support-security-practices-069170.pdf>. A POSIC é um documento público que pode ser consultado em www.ibge.gov.br.
- 4.8.2 Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente no IBGE, sob pena de ser considerada quebra de

sigilo, com as consequências previstas neste Projeto Básico e no Contrato.

5 – RESPONSABILIDADES

5.1 Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- 5.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço/Chamado ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Projeto Básico;
- 5.1.3 Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.7 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.8 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, para que a CONTRATADA possa agir de acordo com a Proposta Comercial nº 1465295;
- 5.1.9 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 5.1.10 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 5.1.11 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 5.1.11.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- 5.1.11.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 5.1.11.3 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.1.12 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.1.13 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.1.14 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 5.1.15 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 5.1.16 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2 Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- 5.2.1 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.2 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 5.2.3 Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.4 Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.5 Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 5.2.6 A CONTRATADA envidará esforços para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos termos da Proposta Comercial nº 1465295, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no projeto básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor

correspondente aos danos sofridos;

- 5.2.8 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.2.9 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.2.10 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 5.2.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 5.2.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, **no menor prazo possível**, qualquer ocorrência comprovadamente anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços
- 5.2.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução dos serviços respeitadas as condições de confidencialidade e privacidade aplicáveis;
- 5.2.14 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.2.15 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 5.2.16 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 5.2.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.2.18 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste documento.
- 5.2.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.20 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 5.2.21 Guardar sigilo sobre todas as informações marcadas como confidenciais ou que pelas circunstâncias devam ser tratadas como confidenciais, obtidas em decorrência do cumprimento do contrato. Tal obrigação se manterá pelo período de 5 anos contados da data de

encerramento do contrato;

- 5.2.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.2.23 Cumprir, os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, assim com conhecer as normas de segurança da Contratante;
- 5.2.24 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 Condições da prestação dos serviços:

- 6.1.1 **Locais para prestação dos serviços:** Os serviços serão executados remotamente, e eventuais serviços serão executados localmente pela Contratada nas dependências da Diretoria de Informática do IBGE, situada à Av. República do Chile, 500/14º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ.
- 6.1.2 **Frequência e periodicidade:** Os serviços de disponibilização e atualização e sustentação dos softwares serão realizados de forma remota, durante toda a vigência da prestação dos serviços, sempre que solicitados.
- 6.1.3 **Horário de prestação dos serviços de atualização e suporte:** O horário para execução dos serviços é o horário comercial de 08:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira (dias úteis).

6.2. Mecanismos formais de comunicação

- 6.2.1 A comunicação entre as partes deverá ser feita por e-mail ou pelo sistema de chamados da Contratada.

6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.3.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.3.2 O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito

às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I-B e I-C.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7 Critérios de Aceitação

- 7.1.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento do relatório de atividades dos meses em que houver execução dos serviços, nos termos abaixo: No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 7.1.2 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 7.1.3 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 7.1.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.1.5 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.1.6 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.1.7 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 7.1.8 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 7.1.9 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.1.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 7.1.11 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.1.11.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.1.11.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.1.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
 - 7.1.11.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
 - 7.1.11.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.2.1 Não se aplica para esta contratação.

7.3 Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

- 7.3.1 Atualizações de Licenças de Software e Suporte (Software Update License & Support) – As versões de programas que estiverem na fase de Suporte Premier do ciclo de vida de suporte da Oracle receberão Atualização de Licenças de Software e Suporte. A Atualização de Licenças de Software e Suporte é o nível padrão para todos os serviços de suporte da Oracle e consiste em:
- 7.3.1.1 Atualizações de programas, correções, alertas de segurança e atualizações críticas de patches;
 - 7.3.1.2 Atualizações fiscais, legais e reguladoras;

- 7.3.1.3 Scripts de atualização;
- 7.3.1.4 Certificação com a maioria dos novos produtos/versões de terceiros;
- 7.3.1.5 Versões principais de produtos e tecnologias, o que inclui: versões de manutenção geral, versões de funcionalidade escolhidas e atualizações de documentação;
- 7.3.1.6 Assistência com solicitações de serviço 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- 7.3.1.7 Acesso ao My Oracle Support ou Portal Support Silver Creek Systems (sistemas de suporte ao cliente via Internet 24 horas por dia, 7 dias por semana), incluindo a capacidade de fazer solicitações de serviço online, a não ser que firmado de outra maneira
- 7.3.1.8 Serviço ao cliente durante o horário comercial
- 7.3.1.9 Para programas Silver Creek Systems o suporte via web é fornecido através do Portal de Suporte Silver Creek Systems. Para todos os demais programas da Oracle, o suporte baseado em web é fornecido através do My Oracle Support.
- 7.3.2 Serviços limitados de Atualização de Licenças de Software e Suporte consiste em:
 - 7.3.2.1 Atualizações de programas e correções.
 - 7.3.2.2 Versões principais de produtos e tecnologias.
 - 7.3.2.3 Assistência com solicitações de serviço 24 horas por dia, 7 dias por semana.
 - 7.3.2.4 Acesso ao My Oracle Support (sistema de suporte ao cliente via Internet 24 horas por dia, 7 dias por semana), incluindo a capacidade de fazer solicitações de serviço online.
 - 7.3.2.5 Serviço ao cliente não-técnico durante o horário comercial.
- 7.3.3 Serviços limitados de Atualização de Licença de Software e Suporte estarão disponíveis para os seguintes programas Moniforce: webSensor Enterprise e webProbe (“Suporte Moniforce”). Os Serviços Limitados de Atualizações de Licença de Software e Suporte consistem em:
 - 7.3.3.1 Atualizações de programas, correções, alerta de segurança e atualização crítica de patches;
 - 7.3.3.2 Versões principais de produtos e tecnologia, o que inclui: versões de manutenção geral, versões de funcionalidades escolhidas e atualizações de documentos;
 - 7.3.3.3 Assistência com solicitação de serviços de segunda-feira à sexta-feira durante o horário comercial local, exceto feriados: o horário comercial local é das 8:00AM às 6:00PM horário da Europa Central;
 - 7.3.3.4 Acesso ao My Oracle Support (sistema de suporte ao cliente via Internet 24 horas por dia, 7 dias por semana) incluindo o acesso ao serviço de solicitações online;
 - 7.3.3.5 Serviço não- técnico ao cliente durante o horário comercial normal.
- 7.3.4 Atualizações de Licenças de Software e Suporte Limitados estarão disponíveis para os programas Silver Creed Systems. As Atualizações de Licenças de Software e Suporte Limitados consistem em:
 - 7.3.4.1 Atualizações de programas, correções e atualizações de patches críticos.
 - 7.3.4.2 Atualizações de scripts quando disponibilizados pela Oracle.
 - 7.3.4.3 Certificação com a maioria dos novos produtos/versões de terceiros
 - 7.3.4.4 Novas versões de produtos e tecnologias, que incluem versões de manutenção geral, versões de funcionalidades selecionadas e atualizações de documentação.

- 7.3.4.5 Assistência a pedidos de serviços durante o horário comercial normal.
 - 7.3.4.6 Acesso ao Silver Creek Systems Support Portal (sistema de suporte ao cliente via Internet 24 horas por dia, 7 dias por semana), incluindo a possibilidade de requisição online de serviços
 - 7.3.4.7 Possibilidade de requerer serviços conforme especificado no seguinte link: <http://support.silvercreeksystems.com/ics/support/default.asp?deptID=15007>
 - 7.3.4.8 Serviço não técnico ao cliente durante o horário comercial normal.
- 7.3.5 Suporte JDeveloper - O suporte JDeveloper é disponibilizado ao Oracle JDeveloper baixado da Oracle Technology Network a partir de 28 de junho de 2005. O Suporte JDeveloper consiste de:
- 7.3.5.1 Assistência com solicitações de serviço 24 horas por dia, 7 dias por semana.
 - 7.3.5.2 Acesso ao My Oracle Support (sistema de suporte técnico pela Internet 24 horas por dia, 7 dias por semana), inclusive com autorização para pedir solicitações de serviço online.
 - 7.3.5.3 Serviço ao cliente não-técnico durante o horário comercial normal (por exemplo, assistência com números de identificação de suporte, assistência com acesso ao My Oracle Support).
- 7.3.6 Sistemas de Suporte ao cliente via internet
- 7.3.6.1 A seguinte política para My Oracle Support aplica-se a todas as linhas de produto da Oracle exceto para os programas Silver Creek Systems.
 - 7.3.6.2 O acesso ao My Oracle Support será regido pelos Termos de Uso localizados na página de Internet do My Oracle Support, o qual está sujeito a alterações. Uma cópia de tais termos será disponibilizada mediante solicitação. O acesso ao Oracle-MetaLink estará limitado somente aos seus contatos técnicos designados. O acesso ao My Oracle Support está incluído nos seguintes níveis de serviço: Atualização de Licenças de Software e Suporte, Serviço de Prioridade (Priority Service), Suporte Incidente a Servidores, Suporte JDeveloper, Suporte Estendido e Suporte Sustentado. Para clientes com um contrato de serviços de Atualizações de Software em vigor, o acesso limitado ao My Oracle Support é incluído para patches e informações de correções de bugs.
 - 7.3.6.3 A seguinte política é para o Portal de Suporte Silver Creek Systems e aplica-se Silver Creek Systems somente para programas:
 - 7.3.6.4 O acesso ao Portal de Suporte Silver Creek Systems é regido pelos Termos de Uso publicados no site do Portal de Suporte Silver Creek Systems em <http://support.silvercreeksystems.com/ics/support/default.asp?deptID=15007>, que estão sujeitos a alterações. Uma cópia desses termos poderá ser disponibilizada mediante solicitação. O acesso ao Portal de Suporte Silver Creek Systems se limita a seus contatos técnicos nomeados. O acesso ao Portal de Suporte Silver Creek Systems é oferecido juntamente com a Atualização de Licença de Software e Suporte.
- 7.3.7 Redimensionamento do valor do Pagamento:**
- 7.3.7.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no item 7.3.1, que

poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.7.2 Caso algum dos prazos indicados nos subitens do item 7.3 acima não sejam atendidos, será aplicada a glosa de 0,03% no valor mensal do pagamento, a ser acordado com a empresa

7.4 Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

7.4.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.4.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.4.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.4.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

7.4.1.5 Cometer fraude fiscal.

7.4.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.4.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.4.2.2 **Multa de:** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

7.4.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

7.4.2.4 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.4.2.5 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

7.4.2.6 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2%

(dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

7.4.2.7 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.4.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos:

7.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.1 deste Projeto Básico.

7.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.6 As sanções previstas nos subitens 7.4.2.1, 7.4.3, 7.4.4 e 7.4.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.7 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no contrato;	01

7.4.8 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.8.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.8.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

7.4.8.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.10 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.10.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.10.2 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

- 7.4.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.4.12 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.4.13 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.4.14 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.4.15 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5 Do Pagamento

- 7.5.1 O pagamento mensal será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 7.5.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.
- 7.5.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.6 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.5.6.1 O prazo de validade;
 - 7.5.6.2 A data da emissão;
 - 7.5.6.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.5.6.4 O período de prestação dos serviços;
 - 7.5.6.5 O valor a pagar; e
 - 7.5.6.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.5.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.5.8 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.5.8.1 Não produziu os resultados acordados;
 - 7.5.8.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 7.5.8.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.5.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no projeto básico e contrato.
- 7.5.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.5.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 7.5.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.5.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.5.16 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.5.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 7.5.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.5.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

7.6 Da Subcontratação

- 7.6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7.7 Alteração subjetiva

- 7.7.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na projeto básico; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7.8 Controle e fiscalização da execução

- 7.8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.8.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 7.8.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 7.8.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.8.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.8.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.8.7 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 7.8.8 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará como substituto ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR), os Níveis Mínimos de Serviço para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 7.8.9.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.8.9.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 7.8.9 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.8.10 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.8.11 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.8.12 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.8.13 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.8.14 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 7.8.15 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 7.8.16 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 7.8.17 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 7.8.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.9 Garantia de execução

- 7.9.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 7.9.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 7.9.3 . A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 7.9.4 . O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 7.9.5 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017
- 7.9.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 7.9.6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 7.9.6.2 Prejuízos diretos causados à administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 7.9.6.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração à contratada; e
 - 7.9.6.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o fgts, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 7.9.7 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.9.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.9.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 7.9.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil
- 7.9.11 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros

utilizados quando da contratação.

7.9.12 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.9.13 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.9.14 Será considerada extinta a garantia:

7.9.14.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.9.14.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.9.15 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.9.16 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico e no Contrato.

8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO E PREÇOS REFERENCIAIS

8.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo;

8.2 Não se aplica o disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 202, de 18 de setembro de 2019, sobre Catálogo de Soluções TIC.

8.3 O documento Relatório de Pesquisa de Preços mostra a forma de obtenção do valor de referência, indicado abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit. Suporte	Valor Unit. Update	Valor Unitário Total	Valor Total
1	Oracle Standard Edition	4	9.191,7000	10.781,5500	19.973,2500	79.893,0000
2	Oracle Enterprise Edition	24	12.912,6500	28.741,0500	41.653,7000	999.688,8000
3	Oracle Partitioning	24	2.451,8700	5.457,3800	7.909,2500	189.822,0000
4	Oracle Diagnostic Pack	24	1.943,0800	4.324,9200	6.268,0000	150.432,0000
5	Oracle Tuning Pack	24	1.499,9400	3.338,5900	4.838,5300	116.124,7200
Valor Total						1.535.960,5200
Valor Mensal (12 meses)						127.996,7100

9– ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1 Fontes de recurso previstas:

9.1.1 PI INFO;

9.1.2 PI INFRA;

9.1.3 PI CENSO2020;

10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 A vigência do contrato será de **12 (doze) meses** e terá início a partir da data assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 11.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas
- 11.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Regime, Tipo e Modalidade da Contratação

- 12.1.1 Contratação por inexigibilidade de licitação, conforme justificado neste documento e previsto no artigo 25, Caput, da Lei n.º 8666/93
- 12.1.2 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no contrato.
- 12.1.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
 - 12.1.3.1 Valor Global: R\$ 1.535.960,52 (Um milhão quinhentos e trinta e cinco mil e novecentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos).
 - 12.1.3.2 Valores unitários: conforme relatório de pesquisa de preços anexo ao processo.

ANEXO I – A - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Contratação da empresa Oracle do Brasil S.A., por inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviço de Atualização de Versões e Sustentação dos Softwares Oracle instalados e em operação no IBGE, por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico.

Oracle Standard Edition: Esta é a distribuição do SGBD adequada para aplicações departamentais, que manipulam de pequeno a médio volume de dados mas que ao mesmo tempo possuem requisitos de tempo de resposta reduzido e de alta confiabilidade dos dados como as aplicações utilizadas pelo Call Center e pelos Sistemas Administrativos (ADM) e de Gestão Acadêmica (GCAD).

Oracle Enterprise Edition: Esta é a distribuição do SGBD adequada para aplicações corporativas e de missão crítica, que manipulam grande volume de dados como as pesquisas contínuas (Censo Contínuo, PNAD Continua), dados geográficos (SISMAP) e data warehouses (BME), e que precisam de reduzido tempo de resposta e alta disponibilidade para atendimento de usuários através da Internet (SIDRA). Este produto permite a utilização de funcionalidades opcionais que não estão disponíveis para a versão do Oracle Database Standard Edition.

Partitioning: O particionamento divide os dados em porções menores reduzindo o tempo de acesso e carga dos mesmos de forma totalmente transparente para as aplicações. Esta funcionalidade é adequada para aplicações que manipulam grandes volumes como data warehousing (BME), micro-dados das pesquisas contínuas (Censo Contínuo, PNAD Continua) e de dados agregados (SIDRA), além de dados geográficos (SISMAP).

Diagnostic Pack: O Diagnostic Pack habilita recursos para diagnóstico automático e periódico do estado do banco de dados Oracle. Estes recursos auxiliam ao DBA nas tarefas de monitoramento do ambiente permitindo uma atuação pró-ativa na identificação das causas de problemas de desempenho e na prevenção de ocorrência de falhas no ambiente de produção.

Tunning Pack: O Tuning Pack oferece ao DBA e aos Desenvolvedores de aplicações facilidades e diretrizes para realização de ajustes nas aplicações, nas configurações do banco de dados e dos servidores que hospedam estes bancos com o objetivo de melhorar o desempenho e otimizar o uso dos recursos de hardware.

Suporte Técnico Especializado e Atualização de Software: Suporte e Licença de Atualização de Software.

ANEXO I – B TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão nas instalações da CONTRATANTE na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE ou em caso de atendimento à obrigação legal, determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido

de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por obrigação legal ou determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios

de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, fiscalizar e monitorar as atividades da CONTRATADA relativamente as obrigações assumidas neste termo;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com

renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<Nome> <Qualificação>	<Nome> Matrícula: xxxxxxxx
TESTEMUNHAS	
<Nome> <Qualificação>	<Nome> <Qualificação>

ANEXO I-C: TERMO DE CIÊNCIA**INTRODUÇÃO**

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Órgão/Entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
...	...	...



Documento assinado eletronicamente por CARLOS RENATO PEREIRA COTOVIO, Diretor, em 9 de Novembro de 2022, às 20:17:33, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 7296064487624560313 e o código CRC B9CB535C.